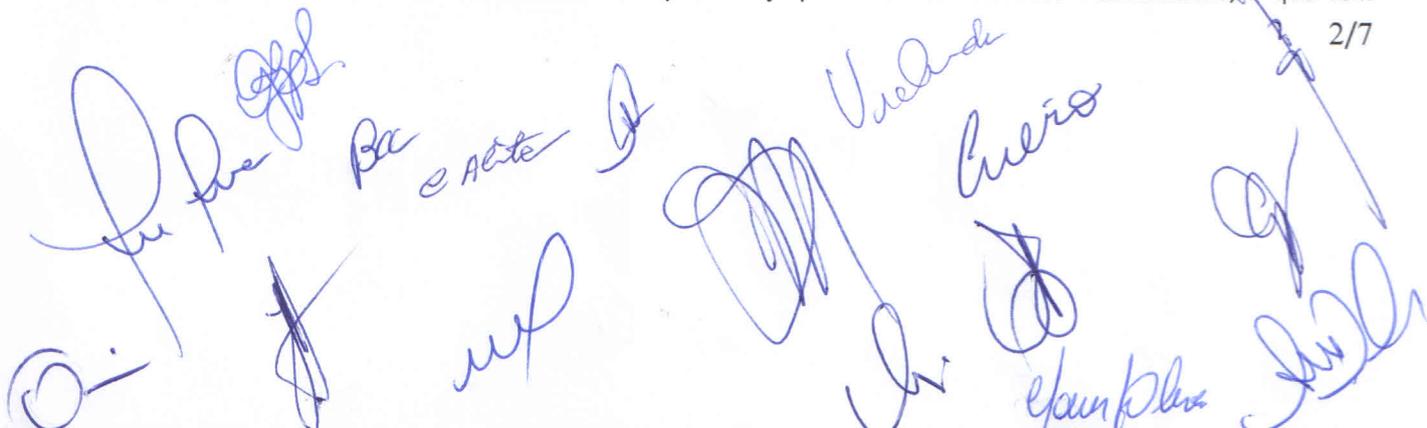


Ata da **REUNIÃO ORDINÁRIA do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU, realizada aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, às nove horas na sala de reuniões da sede do IPMU. Presentes os Conselheiros Administrativos: Benedito Carlos Correa, Cícero José de Jesus Assunção, Corsino Aliste Mezquita, Diego Gasch Mello, Gisele Aparecida dos Santos, Gláucia Gomes da Silva, Osieo Hecher, Rose Barbosa Marangoni e Silvia Moraes Stefani Lima. Presentes os membros do Conselho Fiscal: Aurélio Xavier Correa, Cláudia Romana Ferreira de Oliveira, Isac Joaquim Mariano, Luiz Gustavo Bastos de Oliveira e Vitalina Maria de Arruda. Presentes os membros da Diretoria Executiva do IPMU: Flávio Bellard Gomes, Presidente, Sirleide da Silva, Diretora Administrativa Financeira, Sérgio Luiz de Assunção, Diretor de Seguridade e Benefícios e a presença do Assessor Jurídico Dr. Jair Antônio de Souza. Presente o Conselheiro Suplente Ernely Fragoso. A Conselheira Rosângela Briet da Silva Leite tem falta justificada por questão de trabalho junto à Secretaria Municipal de Educação. Aberta a reunião, a presidente do Conselho de Administração, Gisele Aparecida dos Santos, coloca em votação a aprovação da Ata da Reunião Ordinária do dia 17/11/2014, aprovada por unanimidade. Dando sequência à pauta, com a apresentação e esclarecimentos do presidente Flávio, da diretora Sirleide e do Assessor Jurídico Dr. Jair, foram apreciados os seguintes processos: **IPMU/003/2014** referente a Taxa de Administração para o exercício de 2014. Conforme Lei Municipal nº 2976/2007 e Portaria nº 402/2008 do Ministério da Previdência Social, a Taxa de Administração do IPMU é de 2% do total da remuneração da folha dos ativos e inativos, relativo ao exercício financeiro anterior. Para o exercício de 2014, o valor é de R\$ 1.154.109,20 (um milhão cento e cinquenta e quatro mil cento e nove reais e vinte centavos). Conforme sugestão da Diretoria Executiva e deliberação do Conselho de Administração na reunião ordinária de 22/01/2014, os recursos não foram transferidos da "conta previdenciária" para a "conta administrativa", devido a existência de saldo do exercício de 2013, no valor de R\$ 577.385,92 (quinhentos e setenta e sete mil trezentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos). Com o fechamento do mês de outubro, o saldo existência do exercício de 2013, no valor de R\$ 9.603,67 (nove mil seiscentos e três reais e sessenta e sete centavos), se tornou insuficiente para o pagamento das despesas administrativas até o encerramento do exercício de 2014. Sendo assim, foi realizada a transferência de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) da "conta previdenciária" para a "conta administrativa", permanecendo o saldo da Taxa de Administração de R\$ 1.054.109,20 (um milhão cinquenta e quatro mil cento e nove reais e vinte centavos); **IPMU/127/2014**, referente a solicitação de aposentadoria especial de professor, protocolada pela servidora Cleusa Maria de Oliveira. Processo retirado da pauta para ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação para informar quais são as atribuições exercidas pela servidora após a sua readaptação; **IPMU/128/2014**, referente a concessão de pensão vitalícia a Cristina Rosa dos Santos, pelo falecimento do servidor ativo José Orestes dos Santos, aprovada por unanimidade; **IPMU/112/2014** referente a contratação de empresa especializada para auxiliar no planejamento, execução e gerenciamento dos investimentos, no acompanhamento da rentabilidade, risco e enquadramento da carteira, com o objetivo de proporcionar a oportunidade de planejar, executar e gerenciar os investimentos de forma eficaz e objetiva, através de um sistema on-line, que possibilite acesso às informações necessárias para o cumprimento das obrigações estipuladas na Resolução CMN 3922/2010, bem como as orientações da CVM - Comissão de Valores Mobiliários. A proposta encaminhada pela Risk

Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including names like "C. Aliste", "V. de", and "Aureo".

Office foi analisada e aprovada pelos membros do Comitê de Investimentos na reunião ordinária realizada no dia 02/12/2014. Após diversas colocações foi aprovada por unanimidade pelo Conselho de Administração e ratificada por unanimidade pelo Conselho Fiscal a contratação da consultoria financeira Risk Office pelo prazo de 12 (doze) meses e valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais); **IPMU/114/2014** referente a atualização semestral do Credenciamento das Instituições Financeiras, em atendimento a Resolução CMN nº 3.922/2010, Portaria MPS/GM nº 519/2011, Portaria MPS/GM nº 170/2012 e Portaria MPS/GM nº 440/12, que dispõem sobre as aplicações financeiras dos Regimes Próprios de Previdência Social. Após análise da documentação, realizada pelo Comitê de Investimentos, os membros do Conselho de Administração aprovaram e os membros do Conselho Fiscal ratificaram a renovação dos seguintes credenciamentos: BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (CNPJ 30.822.936/0001-69), Banco Bradesco SA (CNPJ 60.746.948/0001-12), Bradesco Asset Management SA DTVM (CNPJ 62.375.134/0001-44), Caixa Econômica Federal (CNPJ 00.360.305/0001-04), HSBC Gestão de Recurso Ltda (CNPJ 06.071.726/0001-00), HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo (CNPJ 01.701.201/0001-89), Itaú Unibanco SA (CNPJ 60.701.190/0001-04), Banco Santander Brasil SA (CNPJ 90.400.888/0001-42) e Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda (CNPJ 10.231.177/0001-52); **IPMU 113/2014 e IPMU/119/2014** referentes a contratação do Banco do Brasil para realização de serviços financeiros e serviços atuariais. Conforme minuta do contrato, os serviços não serão objeto de pagamento do valor de R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais), desde que ocorra a manutenção do saldo de Investimento no valor de R\$ 19.119.000,00 (dezenove milhões, cento e dezenove mil reais), que acrescidos do saldo de investimentos, deverão permanecer no Banco durante toda a vigência do Contrato para isenção total da tarifa. O IPMU mantém aplicações financeiras em fundos de investimentos no Banco do Brasil desde 2010: a-) dezembro/2010 ( R\$ 3.660.320,50 - três milhões seiscentos e sessenta mil trezentos e vinte reais e cinquenta centavos), b-) dezembro/2011 ( R\$ 4.368.755,85 - quatro milhões trezentos e sessenta e oito mil setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), c-) dezembro/2012( R\$ 10.623.480,07 - dez milhões seiscentos e vinte e três mil quatrocentos e oitenta reais e sete centavos), d-) dezembro/2013 ( R\$ 10.532.145,21 - dez milhões quinhentos e trinta e dois mil cento e quarenta e cinco reais e vinte e um centavos) e e-) outubro/2014 ( R\$ 30.380.569,96 - trinta milhões trezentos e oitenta mil quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos). Após diversas considerações, principalmente com relação ao histórico de parceria entre o Banco do Brasil e o IPMU, grade de produtos indicados aos RPPS e os serviços que poderão ser disponibilizados, a contratação foi aprovada por unanimidade pelo Conselho de Administração e ratificação por unanimidade pelo Conselho Fiscal e **IPMU/129/2014** referente a renovação do contrato com a Caixa Econômica Federal para custódia da carteira de títulos públicos, por mais 12 (doze) meses e valor mensal de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), aprovada por unanimidade. Ato contínuo, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal passaram a analisar a proposta da Política de Investimentos 2015 encaminhada pelo Comitê de Investimentos, conforme processo **IPMU/111/2014**. Um cenário supostamente definido na verdade se mostra cheio de indefinições. Não está claro ainda como o novo governo desenhará a política macroeconômica daqui em diante para enfrentar os desafios do baixo crescimento, da inflação elevada e do déficit fiscal crescente. Para complicar um pouco mais o quadro, deveremos ter em 2015 o início do aperto monetário nos EUA, o que pode comprometer em certa medida o excesso de liquidez hoje presente nos mercados internacionais, e que vem



Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including names like "Vieira", "Culio", and "Gamplos".

sustentando os preços dos ativos. Diante desse quadro de incertezas, que decisões deveriam tomar em relação à Política de Investimento para 2015?. Adotar uma estratégia de baixo risco não necessariamente significa ficar concentrado na renda fixa. A renda fixa tem risco. Não custa lembrar o que aconteceu em 2013: as taxas de juros subiram cerca de 3 pontos percentuais, causando prejuízos inimagináveis para aqueles que estavam acostumados a pensar na renda fixa como o "porto seguro" dos investimentos. A questão que se coloca é: qual a probabilidade de um novo 2013 ocorrer novamente? A resposta de acordo com os analistas financeiros é: muito baixa. Ao contrário do que tínhamos em 2012, as taxas de juros hoje já estão em níveis relativamente elevados: as NTN-B mais longas estão pagando em torno de 6% ao ano. Adicionar 3 pontos percentuais a este patamar significa voltar aos níveis de taxas de juros anteriores a 2005, quando a dívida brasileira não era "grau de investimento". O Brasil pode até perder o grau de investimento mas, se isto vier a acontecer, muito provavelmente não será em 2015. De qualquer forma, trata-se de um cenário desafiador para a renda fixa, em um ano em que a política monetária, tanto aqui quanto nos EUA, devem ser apertadas, e as pressões inflacionárias devem continuar. Podemos não ver perdas como as que ocorreram em 2013, mas algumas perdas podem ocorrer. Resumindo: para os institutos que não estão dispostos a correr muito risco, não basta ficar concentrado na renda fixa. É preciso também diminuir a duration da carteira. A volatilidade de curto prazo é inversamente proporcional à rentabilidade de longo prazo. Investimento de risco é para o longo prazo. Após diversas ponderações, levando em consideração o perfil conservador do IPMU, projeções do cenário econômico e a necessidade da busca do equilíbrio atuarial e financeiro, os membros do Conselho de Administração aprovaram e os membros do Conselho Fiscal ratificaram a **POLÍTICA DE INVESTIMENTOS para o Exercício de 2015**: a) aplicação de até 27,00% (vinte e sete por cento) do patrimônio em Títulos do Tesouro Nacional enquadrados no artigo 7º inciso I alínea a; b) aplicação de até 55,00% (cinquenta e cinco por cento) do patrimônio em Fundos de Renda Fixa composto por 100% de títulos públicos enquadrados no artigo 7º inciso I alínea b, c) aplicação de até 30,00% (trinta por cento) do patrimônio em Fundos de Renda Fixa enquadrados no artigo 7º inciso IV, d) aplicação de até 25,00% (vinte e cinco por cento) do patrimônio em Fundos de Renda Fixa Referenciado enquadrados no artigo 7º inciso III, e) aplicação de até 5,00% (cinco por cento) do patrimônio em fundos de Renda Fixa Crédito Privado enquadrados no artigo 7º inciso VI, f) aplicação de até 2,00% (dois por cento) do patrimônio em FIDC Aberto enquadrados no artigo 7º inciso VI, g) aplicação de até 1,00% (um por cento) do patrimônio em FIDC Fechado enquadrados no artigo 7º inciso VII alínea a; h) aplicação de até 7,00% (sete por cento) do patrimônio em Fundos de Ações Referenciados enquadrados no artigo 8º inciso I, i) aplicação de até 5,00% (cinco por cento) do patrimônio do IPMU em Fundo de Ações enquadrados no artigo 8º inciso III; j) aplicação de até 1,00% (um por cento) do patrimônio em Fundo Multimercado enquadrados no artigo 8º inciso IV, l) aplicação de até 1,00% (um por cento) do patrimônio em Fundo Imobiliário enquadrados no artigo 8º inciso VI e m) aplicação de até 1,00% (um por cento) do patrimônio em Fundo em Participações enquadrados no artigo 8º inciso V. Dando sequencia a pauta, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal são informados sobre o relatório final do Tribunal de Contas, conforme processo **IPMU/120/2012**, referente a aprovação das Contas do Exercício de 2011. A análise das contas foi procedida pela Unidade Regional de Guaratinguetá, tendo o órgão técnico concluído pela ocorrência das seguintes falhas: déficit econômico na ordem de R\$ 14.766.674,97 (catorze milhões setecentos e sessenta e seis mil seiscentos e setenta e quatro reais e



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like "Ba", "e Alente", "Aires", and "Juciano".

noventa e sete centavos), inconsistências contábeis não justificadas e existência de déficit atuarial. Conforme relatório final, as falhas levantadas na inspeção não se revestem de relevância suficiente para ensejar a reprovação das contas ora apreciadas, entendimento que motivou as opiniões convergentes dos órgãos técnicos para sua regularidade. Verificou-se que o déficit técnico, aspecto de maior gravidade no exame da matéria, está sendo amortizado pelas Leis Municipais 3408/2011 e 3409/2011, editadas para ajustar as alíquotas de contribuição aos cálculos apurados em estudos atuariais, visando a manutenção dos benefícios previdenciários concedidos e a conceder pelo Instituto, recomendando a insistência na adoção de medidas eficazes para diminuir o déficit técnico. Foi relevado os demais apontamentos, para os quais o IPMU alegou a existência de lançamentos equivocados, que não contaram com aceitação do Sistema Audesp para as devidas correções. Entretanto, ficou ressaltado que se deve observar com rigor às Instruções do Tribunal de Contas para remessa de documentos contábeis, tendo em vista que, de acordo com os responsáveis pelo Sistema, o "Audesp" não aceita pedidos de exclusão de balancetes. Na sequência da pauta, a diretora Sirleide faz uma explanação sobre o desempenho do **Mercado Financeiro e da Carteira de Investimentos** do IPMU, conforme processo **IPMU/109/2014**.

**Brasil.** O mês de novembro foi pautado pelas expectativas em torno da formação da equipe econômica do governo central brasileiro. Muito se especulou em torno dos nomes que ocuparão as principais pastas ministeriais, com as primeiras leituras indicando que a presidente Dilma Rousseff buscaria por pessoas com um perfil mais ortodoxo, deixando um pouco de lado os fundamentos que nortearam a "nova matriz econômica". No fim, a equipe foi confirmada com os nomes de Joaquim Levy para a Fazenda, Nelson Barbosa no Planejamento, e Alexandre Tombini permanecendo no Banco Central. Joaquim Levy chega com a missão de recuperar o crescimento da economia e sinalizar ao mercado mudanças na política econômica. Agentes econômicos acreditam que Levy tem condições de tomar medidas para fazer a economia do País voltar a crescer a taxas consideráveis, além de o governo cumprir a meta fiscal anual. **Estados Unidos.** Do lado externo, destaque para os dados da economia americana que foram divulgados durante o mês. O setor de serviços expandiu em novembro em um ritmo mais lento do que no mês anterior, com o crescimento de novos negócios desacelerando. O relatório do Índice Geral de Compras mostrou que o setor de serviços atingiu 56,3 em novembro, em comparação com a leitura final de outubro de 57,1, dando sinais de que a retomada econômica perdeu impulso, ainda assim permanece robusta pelos padrões históricos. Já o índice de confiança do consumidor subiu para o maior patamar em sete anos, com melhora nas condições econômicas, incluindo preços mais baixos de gasolina e melhores perspectivas para o emprego. Na **China**, o crescimento nas fábricas estagnou em novembro e a produção encolheu pela primeira vez em seis meses, reforçando as expectativas de que as autoridades vão tomar medidas mais agressivas de suporte à indústria, após inesperado corte na taxa de juro para impulsionar o crescimento. Depois de afirmar por meses que a China não precisava de nenhum grande estímulo econômico, o banco central do país surpreendeu os mercados financeiros ao reduzir a taxa de juro. Analistas preveem que medidas adicionais estão sendo preparadas para os próximos meses, caso a economia continue demonstrando desaquecimento. **Zona do Euro.** O do Índice Geral de Compras da zona do euro estagnou em novembro e as novas encomendas caíram no ritmo mais rápido em 19 meses apesar da pesada redução de preços, pintando um quadro sombrio para os próximos meses. A situação é preocupante para os membros do Banco Central Europeu, que lutam para impulsionar o crescimento e afastar-se da inflação perigosamente baixa. A atividade industrial

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page. The signatures are scattered across the bottom half of the page, including some that appear to be "Ba", "Aéreo", and "Vulcão". There are also several circular and scribbled marks.

recuou na Alemanha, França e Itália, três das maiores economias do bloco. O número ficou logo acima da marca de 50 que separa crescimento de retração e, em um sinal de que há pouca perspectiva de melhora em dezembro, o subíndice que mede novas encomendas permaneceu abaixo da linha de crescimento pelo terceiro mês seguido, chegando a 48,7, mínima em 19 meses. **Taxa Selic.** A elevação da Selic pelo Copom de certa forma já era esperada pelo mercado. Apesar de a economia brasileira estar praticamente estagnada, mas com inflação ainda resistente, o Comitê de Política Monetária do Banco Central acelerou o ritmo de alta e subiu a taxa básica de juros da economia em 0,5 ponto percentual, de 11,25% para 11,75% ao ano. Esse foi o segundo aumento seguido da taxa Selic, que está no maior patamar em três anos. **Renda Fixa.** No mês de novembro, seguindo o ocorrido em meses mais recentes, o mercado de renda fixa foi marcado pela grande volatilidade. Apesar da clara perspectiva de menor crescimento da economia para 2015, a definição da equipe econômica do próximo mandato da presidente Dilma fez o mercado recalibrar os prêmios dos vencimentos mais longos fortemente. **Renda Variável.** O Ibovespa fechou novembro estável, com leve alta de 0,07% aos 54.664 pontos, depois de oscilar todas as semanas do mês entre altas e baixas. O primeiro mês completo depois das eleições foi marcado pela volatilidade, enquanto o mercado esperava pelos nomes da equipe econômica do governo Dilma. **Desempenho dos principais índices de renda fixa e renda variável no mês de novembro:** 2,729% IMAB5+, 2,145% IMA-B Total, 1,323% IRFM 1+, 1,158% IRFM Total, 1,047% IMA-B Total, 1,047% IMA-B 5, 0,838% CDI, 0,795% IRFM 1, 0,07% Ibovespa, -0,01% Ibrx-50, -0,64% Small Caps, -2,28% Imobiliário e -2,80% Dividendos. **Desempenho dos principais índices de renda fixa e variável no ano:** 20,15% IMAB5+, 16,76% IMAB Total, 12,42% IRFM1+, 11,59% IMAB 5, 11,46% IRFM Total, 9,76% CDI, 9,582% IRFM1, 6,52% IBRX-50, 6,13% Ibovespa, -7,999% Dividendos, -8,24% Imobiliário e -10,49% Small Caps. A **Carteira de Investimentos do IPMU** apresentou **valorização dos ativos financeiros**, no décimo primeiro mês do ano, aumentando o patrimônio financeiro, que passou de **R\$ 215.245.840,02** (duzentos e quinze milhões duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e quarenta reais e dois centavos) em outubro para **R\$ 218.176.754,76** (duzentos e dezoito milhões cento e setenta e seis mil setecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e seis centavos) em novembro. A valorização dos ativos financeiros observada no período fez com que a meta atuarial fosse atingida: meta atuarial de 11,376% enquanto o crescimento financeiro foi de 11,735%. Os **fundos de Renda Fixa** apresentam valorização acumulada no ano de R\$ 18.492.364,91 (dezoito milhões quatrocentos e noventa e dois mil trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos). A **Carteira de Títulos Públicos** apresentam valorização acumulada de R\$ 6.890.238,94 (seis milhões oitocentos e noventa mil duzentos e trinta e oito reais e noventa e quatro centavos). Os **fundos de Renda Variável** apresentam valorização acumulada de R\$ 578.355,07 (quinhentos e setenta e oito mil trezentos e cinquenta e cinco reais e sete centavos). **Diversificação dos investimentos:** a-) Fundos DI: R\$ 55.093.021,63 (cinquenta e cinco milhões noventa e três mil vinte e um reais e sessenta e três centavos) correspondendo a 25,25% do PL, b-) Títulos Públicos IPCA: R\$ 43.439.378,21 (quarenta e três milhões quatrocentos e trinta e nove mil trezentos e setenta e oito reais e vinte e um centavos) correspondendo a 19,91% do PL, c-) Fundos IMA-B: R\$ 33.023.436,98 (trinta e três milhões vinte e três mil quatrocentos e trinta e seis reais e noventa e oito centavos) correspondendo a 15,14% do PL, d-) Fundos IRFM 1: R\$ 30.266.565,02 (trinta milhões duzentos e sessenta e seis mil quinhentos e sessenta e cinco reais e dois centavos), correspondendo a 13,87% do PL, e-) Fundos IMA-B 5: R\$ 19.675.900,96 (dezenove milhões seiscentos e setenta e cinco

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page. The signatures are stylized and include the following text: 'S. F. F.', 'D. A. L. T. E.', 'B. A. C.', 'A. C. I. E. R. O.', 'J. M. S.', 'L. A. M. B. O.', and 'J. M. S.'. There are also several circular and oval marks, possibly representing stamps or initials.

mil novecentos reais e noventa e seis centavos) correspondendo a 9,02% do PL; f-) Títulos Públicos IGPM: R\$ 13.892.610,03 (treze milhões oitocentos e noventa e dois mil seiscentos e dez reais e três centavos), correspondendo a 6,37% do PL; g-) Fundos Crédito Privado IPCA: R\$ 11.091.807,00 (onze milhões noventa e um mil oitocentos e sete reais) correspondendo a 5,08% do PL, h-) Fundos Ibovespa: R\$ 8.156.190,93 (oito milhões cento e cinquenta e seis mil cento e noventa reais e noventa e três centavos) correspondendo a 3,74% do PL, i-) Fundos Ibx-50: R\$ 2.739.715,75 (dois milhões setecentos e trinta e nove mil setecentos e quinze reais e setenta e cinco centavos) correspondendo a 1,26% do PL, j-) Fundos Small Caps: R\$ 448.431,32 (quatrocentos e quarenta e oito mil quatrocentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos) correspondendo a 0,21% do PL e l-) Fundos Dividendos: R\$ 349.696,93 (trezentos e quarenta e nove mil seiscentos e noventa e seis reais e noventa e três centavos) correspondendo a 0,16% do PL. **Aplicação de recursos por Instituição Financeira:** a-) Caixa Econômica Federal: R\$ 44.270.610,08 (quarenta e quatro milhões duzentos e setenta mil seiscentos e dez reais e oito centavos) correspondendo a 20,29% do PL; b-) Santander: R\$ 33.450.337,17 (trinta e três milhões quatrocentos e cinquenta mil trezentos e trinta e sete reais e dezessete centavos) correspondendo a 15,33% do PL, c-) Banco do Brasil: R\$ 30.616.261,95 (trinta milhões seiscentos e dezesseis mil duzentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos) correspondendo a 14,03% do PL, d-) Itaú: R\$ 19.874.896,30 (dezenove milhões oitocentos e setenta e quatro mil oitocentos e noventa e seis reais e trinta centavos) correspondendo a 9,11% do PL; e-) HSBC: R\$ 18.913.879,44 (dezoito milhões novecentos e treze mil oitocentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) correspondendo a 8,67% do PL; f-) Bradesco: R\$ 13.435.808,00 (treze milhões quatrocentos e trinta e cinco mil oitocentos e oito reais) correspondendo a 6,16% do PL e g-) Sul América: R\$ 282.973,58 (duzentos e oitenta e dois mil novecentos e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos) correspondendo a 0,13% do PL. A carteira de Títulos Públicos encerrou o mês com R\$ 57.831.988,24 (cinquenta e sete milhões oitocentos e trinta um mil novecentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos) correspondendo a 26,28% do PL. **Enquadramento das Aplicações Financeiras.** Com exceção das aplicações no segmento de fundos de crédito privado (desenquadramento passivo), todas as demais aplicações financeiras estão enquadradas conforme Resolução CMN 3.922/2010. **Fundos de Crédito Privado.** As aplicações nos Fundo de Investimentos – Renda Fixa "Crédito Privado" estão em desacordo com o Artigo 7º, inciso VII, alínea "b" (aplicação superior a 5% do total dos recursos) desde maio de 2013: 5,04% (maio/13), 5,22% (junho/13), 5,17% (julho/13), 5,29% (agosto/13), 5,26% (setembro/13), 5,17% (outubro/13), 5,14% (novembro/13), 5,36% (dezembro/13), 5,36% (janeiro/14), 5,20% (fevereiro/14), 5,19% (março/14), 5,17% (abril/14), 5,10% (maio/14), 5,11% (junho/2014), 5,10% (julho/2014), 4,99% (agosto/2014), 5,12% (setembro/2014), 5,11% (outubro/2014) e 5,08% (novembro/2014). **Rentabilidade dos fundos de investimentos.** No fechamento do mês, 04 (quatro) aplicações financeiras conseguiram superar a meta atuarial de 11,74%, enquanto 14 (catorze) aplicações financeiras ficaram abaixo da meta atuarial no acumulado do ano: HSBC IPCA IMA-B (16,81%), Itaú IMA-B (16,31%), Títulos 2015 (12,82%), Títulos 2024 (12,55%), Santander IMA-B 5 (11,42%), Caixa Brasil IPCA X (10,49%), Caixa Brasil IPCA XII (10,42%), Bradesco DI (9,97%), Santander DI (9,91%), Caixa DI (9,82%), Títulos 2021 (9,53%), Brasil IRFM 1 (9,26%), HSBC Ibovespa Ativo (5,59%), Caixa IBRX-50 (4,52%), Santander Ibovespa (3,87%), Brasil Dividendos (-1,33%), SulAmérica Total Return (-5,17%) e Santander Small Caps (-5,59%). Para finalizar a reunião, foi aprovado o cronograma das reuniões ordinárias para o exercício de 2015: Conselho

 6/7

de Administração (21/01, 20/02, 18/03, 15/04, 20/05, 17/06, 22/07, 19/08, 16/09, 21/10, 18/11 e 16/12 iniciando às 10h) Conselho Fiscal (24/02, 28/04, 23/06, 25/08, 20/10 e 16/12 iniciando às 15h). Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e para que conste, eu, Sirleide da Silva, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e pelos demais.

Aurélio Xavier Correa



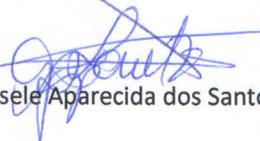
Cláudia Romana Ferreira de Oliveira



Corsino Aliste Mezquita



Ernelly Fragoso



Gisèle Aparecida dos Santos

Isac Joaquim Mariano

Luiz Gustavo Bastos de Oliveira

Rose Barboza Marangoni

Sílvia Moraes Stefani Lima

Vitalina Maria de Arruda

Benedito Carlos Correa

Cícero José de Jesus Assunção

Diego Gasch Mello

Flávio Bellard Gomes

Gláucia Gomes da Silva

Jair Antônio de Souza

Osieo Hecher

Sérgio Luiz de Assunção

Sirleide da Silva